



Os senadores Bernardo Cabral e Roberto Requião participam da primeira experiência interativa da TV Senado

## Povo faz mil perguntas à CPI dos Precatórios

*Durante quase três horas, senadores explicam pela TV o papel da comissão na investigação das irregularidades praticadas com títulos públicos emitidos por estados e municípios*

### Alerta: falta de água ameaça vida na Terra

A crescente escassez de água potável ameaça a sobrevivência do homem na Terra. O alerta foi feito na sexta-feira pelos senadores José Alves, Bernardo Cabral e Ramez Tebet, que destacaram o Dia Mundial da Água, comemorado no sábado.

Ele cobraram providências para enfrentar o problema.

Página 3

### Alcântara e Marina defendem consumidores

Página 7

Em sua primeira experiência interativa, a TV Senado transmitiu na sexta-feira, das 21h às 23h45, o programa "Para entender a CPI", em que o presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e o relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), responderam ao vivo a parte das quase mil perguntas a eles dirigidas por telespectadores e ouvintes. O programa foi retransmitido pelos canais de televisão a cabo da Net, Multicanal e Skynet, pela Radiobrás, pela Rede Vida de Rádio e pela Rádio Senado.

Boa parte das questões manifestou preocupação com as consequências práticas da CPI, por que ela estaria se negando a investigar senadores, quais os grandes perdedores com a emissão irregular de títulos públicos, e por que governadores e prefeitos ainda não foram

convocados a depor.

Cabral explicou que não cabe à CPI julgar e, sim, investigar e apontar ao Ministério Público e às assembleias legislativas e câmaras de vereadores as irregularidades e possíveis culpados por elas. A punição civil e criminal cabe ao Judiciário e a cassação de mandatos é atribuição dos legislativos. Segundo Cabral e Requião, a CPI não está poupando os senadores em suas investigações.

O relator afirmou que os principais perdedores com as frau-

des foram os fundos de pensão e de renda fixa. Cabral e Requião garantiram que governadores e prefeitos serão convocados nas audiências finais.

As perguntas dirigidas ao Senado pelo telefone foram apresentadas pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita. A apresentação do programa coube à jornalista Marilena Chiarelli, diretora da TV Senado, e contou também com a participação de oito jornalistas convidados.

### ACM: sistema ficará mais limpo

Em entrevista transmitida no programa "Para entender a CPI", o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a liquidação de 17 instituições financeiras pelo Banco Central foi "consequência direta" das investigações da CPI. Depois

da CPI, disse, "o sistema financeiro sairá mais limpo, com regras mais corretas para punir práticas ilícitas".

O senador observou que a comissão não irá prender os desonestos: sua função é indicar às autoridades os envolvidos nas fraudes.

# CPI reúne assessores para discutir trabalho

*Objetivo é definir as ações nos próximos dias. Relator da comissão já pensa em solicitar que atividades de investigação sejam prorrogadas*

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Roberto Requião (PMDB-PR), presidente e relator da CPI dos Precatórios, reuniram-se sexta-feira com os assessores da comissão para orientar a metodologia de trabalho que utilizarão nos próximos dias. Encerrada a reunião, Cabral apresentou à imprensa o pacote de documentos enviados pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo contendo dados sobre todos os precatórios pagos pela prefeitura.

Os dois senadores informaram também que já pediram à gerência de operações do Banco do Brasil que envie ao Senado documentos sobre todas as vendas de títulos efetuadas pela prefeitura de São Paulo nos últimos dois anos. Isso porque a CPI descobriu quinta-feira que, em 27 de setembro de 1995, Celso Pitta, então secretário de Finanças do município, determinou ao Banco do Brasil que vendesse R\$ 70 milhões em títulos, que se encontravam em sua carteira, ao banco Vektor.

O Vektor é o banco que a maioria dos senadores suspeita que estava na origem da cadeia de irregularidades montada para a emissão de títulos para pagamento de precatórios. Agora, a CPI quer que o Banco do Brasil informe que outros papéis do fun-



O relator Roberto Requião fala a assessores do Senado e ao delegado Paulo Lacerda, da Polícia Federal

do de liquidez da prefeitura foram vendidos e para quem. Mas Requião disse que, seja qual for o resultado dessa diligência, isso não antecipará o depoimento de Celso Pitta. O prefeito, que já se dispôs a vir à CPI, só será ouvido no

final, disse o senador.

O relator também explicou que deseja a prorrogação dos trabalhos de investigação por 90 dias, mas entende que será possível encerrar tudo antes. "Quero 90 dias para terminar em 10 se for possível. O que

se espera da CPI é a conclusão dos trabalhos, não prazo", afirmou. Junto com Requião e Cabral reuniram-se os assessores que já trabalham nas investigações e também o delegado aposentado da Polícia Federal, Paulo Lacerda.

## Globo News e Rádio Senado entram no VIP

Os senadores podem captar agora, em seus gabinetes, o canal de televisão a cabo Globo News (NET) e a Rádio Senado, através do sistema Voz e Imagem dos Plenários (VIP), ligado à rede de comunicações do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

O VIP leva aos computadores dos gabinetes imagem e som ao vivo dos plenários do Senado e da Câmara dos Deputados, além de permitir o acompanhamento dos trabalhos das comissões da Casa. Pelo VIP, ainda é possível assistir aos seis canais de televi-

são comerciais locais, a rede americana CNN e a TV Senado. Futuramente, o sistema estará disponível nas residências dos senadores.

As imagens do sistema VIP podem ser acessadas ao mesmo tempo em que o usuário está trabalhando no seu computador.

### Agenda do Dia

#### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

15h30 - Recebe o presidente da TV Manchete, Jack Kappeller, acompanhado de dirigentes da empresa

#### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

## Mauro destaca exposição em homenagem a Goiás

A realização de uma exposição de artes plásticas em homenagem ao estado de Goiás no Hotel Nacional, em Brasília, foi destacada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). A mostra,

conforme disse, faz parte do Projeto Cultural Vasp, tem o apoio da Fundação Jaime Câmara e conta com a participação dos artistas goianos Elder Rocha Lima, Selma Parreira e Alexandre Liah.



Mauro Miranda

## DIA MUNDIAL DA ÁGUA

## José Alves alerta para risco de escassez

*"Mundo precisa acordar urgentemente para essa séria ameaça", adverte o senador ao lembrar que consumo já compromete 35% das disponibilidades existentes*

O crescimento populacional e o aumento nos níveis mundiais de poluição ameaçam o futuro do homem sobre a Terra, com a escassez crescente de água potável, elemento essencial à vida no planeta. O alerta foi feito, na sexta-feira, pelo senador José Alves (PFL-SE), que conclamou governantes, legisladores, empresários e trabalhadores a meditar sobre o problema, no Dia Mundial da Água, comemorado no sábado - dia 22.

De acordo com o senador, a



José Alves

água potável superficial disponível, em todo o mundo, representa apenas 1% de todo o volume existente no planeta. "O mundo precisa acordar urgentemente para essa séria

ameaça", destacou Alves, para quem, "não se consolidando uma consciência, em todos os níveis, das diversas sociedades, vai faltar água limpa no pote e no copo, e a sede daqui a algum tempo, em alguns lugares, vai ser terrível".

José Alves fez questão de esclarecer que "não se trata de uma previsão apocalíptica", mas de um convite à reflexão e à ação. O senador informou que, enquanto o consumo de água doce comprometia, no

início deste século, apenas 5% das disponibilidades, no início do século XXI esse comprometimento chegará a 35%.

Conforme o senador, apesar de o Brasil dispor de mais de 10% da água doce do mundo, a sua distribuição ainda é um problema para uma parte da população brasileira. Alves lembrou que 60% dos municípios não dispõem de serviços de água tratada, enquanto outros, como São Paulo, já utilizam o limite disponível desse recurso.

## Cabral requer explicações a ministros sobre verbas

Em homenagem ao Dia Mundial da Água, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentou dois requerimentos, para que os ministros de Minas e Energia, Raimundo Brito, e da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, expliquem - entre outras coisas - o total da quantia transferida, mês a mês, para cada estado e município, relativa à compensação financeira pelo aproveitamento de recursos hídricos, e qual a previsão

para 1997.

Cabral fez também um pronunciamento, no qual afirmou que 36 milhões de brasileiros não têm água encanada e que 72% dos recursos hídricos brasileiros estão na Amazônia, situando o nosso desperdício de água em 40%. Disse ele que "talvez a maior fortuna e patrimônio do Brasil, principalmente se olharmos para o próximo século, é a água".

No requerimento ao ministro de Minas e Energia, Ca-



Bernardo Cabral

bral indaga em que foram empregados, mês a mês, em matéria de planos e projetos, os recursos financeiros destinados ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Ao ministro da Ciência

e Tecnologia, ele indaga como foi feita a aplicação desses recursos, nos diversos planos, programas e projetos do ministério.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) louvou o discurso de Cabral e afirmou que "a carência de água potável no mundo poderá ficar dramática". Também intervindo, Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que na capital do seu estado o desperdício de água chega a mais de 50%.

## Tebet combate pesca predatória no rio Paraguai

A ação da comunidade de Porto Murtinho (Mato Grosso do Sul), para coibir a pesca predatória no rio Paraguai, foi elogiada na sexta-feira pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que pediu às autoridades brasileiras e paraguaias providências para proteger o meio ambiente da região.

Segundo o senador, a população de Porto Murtinho, usando cabos de aço e pequenas embarcações, formou uma barreira entre as duas margens do rio para impedir a



Ramez Tebet

passagem de barcos carregados com peixes pescados ilegalmente. "Estão lá paradas, sem poder passar, ilhadas pela ação da sociedade de Porto Murtinho, cerca de 100 mil toneladas de peixes, retirados do rio de forma criminosa,

sem que as autoridades tomassem providências", afirmou.

Tebet discursou a propósito do Dia Mundial em Defesa da Água, e disse que esse tipo de pesca é feita "por maus brasileiros e maus paraguaios", pescadores e comerciantes profissionais, preocupados apenas com lucros. E informou que tem acompanhado o governador do estado, Wilson Barbosa, na busca de soluções para esse e outros problemas enfrentados por Mato Grosso do Sul.

O senador e o governador fi-

zaram um apelo aos ministros do Meio Ambiente e das Relações Exteriores, para que seja regulamentado no Paraguai, como já está no Brasil, o acordo bilateral que busca preservar as riquezas naturais comuns aos dois países.

- O presidente Juan Carlos Wasmosy Monti é um amigo do Brasil e precisa, portanto, fazer valer o decreto assinado pelos dois países, publicado em 7 de fevereiro de 1996, cumprido que está na parte brasileira e não cumprido do lado paraguaio - afirmou Tebet.



# Hollanda: trabalhador deve ser preparado para a globalização

*Os empregos estão desaparecendo e as indústrias requerem mão-de-obra mais qualificada, conforme a visão do senador*



Odacir Soares

## Odacir sugere reforma em área semi-abandonada

O senador Odacir Soares (PFL-RO) dirigiu apelo aos membros da Procuradoria Geral do Inbra em Brasília para que encontrem rapidamente uma solução que permita a desapropriação ou a aquisição negociada dos lotes referentes à Gleba de Burareiro, em Rondônia, para fins de reforma agrária. Conforme explicou, nessa área podem ser assentadas 1.800 famílias de sem-terra, em lotes de 50 hectares cada um.

Destinada originalmente ao plantio de cacau, a Gleba de Burareiro, de acordo com o senador, se encontra em estado de "semi-abandono", em razão da redução do preço internacional daquele produto e da ascensão dos custos dos insumos e dos créditos, bem como pela ocorrência da praga conhecida como vassoura-de-bruxa.

É inadmissível, pouco inteligente, além de totalmente injusto do ponto de vista social, destinarem-se ao não-uso as terras da Gleba Burareiro - afirmou Odacir Soares. Ele chamou a atenção para a riqueza do solo dessa área, "quando restam poucas áreas agricultáveis disponíveis em Rondônia", e ressaltou a proximidade da cidade de Ariquemes, cuja infra-estrutura possibilitará o apoio necessário aos novos assentados.

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu sexta-feira a necessidade de o governo desenvolver ações de incentivo à mão-de-obra, uma vez que "a globalização da economia está provocando uma profunda modificação no mercado de trabalho". O senador disse que, com essa mudança que se opera na economia, os empregos estão desaparecendo e as indústrias requerem trabalhadores mais qualificados, tendência que, a seu ver, é seguida pelo comércio e pelo setor de serviços.

Hollanda informou que o número de empregados na indústria, segundo pesquisa do IBGE, sofreu uma queda de 34,3% nos últimos sete anos, sendo São Paulo



Joel de Hollanda

o estado com maior volume de demissões, com índice de 13,5%, seguido por Rio de Janeiro, Minas Gerais e as regiões Sul e Nordeste.

- No entanto, quem permaneceu empregado conseguiu ganhar mais. De acordo com o IBGE, o salário médio da indústria teve um

ganho real de 3,8% em 1996 frente ao ano anterior e já acumula um crescimento de 42,1% nos últimos cinco anos. Esses números mostram que as indústrias reduziram seus gastos com mão-de-obra, investiram em tecnologia e passaram a trabalhar com funcionários mais qualificados. Houve aumento de massa salarial, *per capita*, embora tenha ocorrido uma queda de 7,4% no volume de salários pagos em 1996 - ressaltou.

Para Joel de Hollanda, "o Estado, com seu poder regulador, precisa assumir funções normativas e não permitir que seus nacionais sejam trucidados pela voracidade da globalização".

## Projeto de Lauro prevê o pagamento do seguro-desemprego durante oito meses

O trabalhador desempregado poderá receber o benefício do seguro-desemprego por um período de até oito meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Lauro Campos (PT-DF). A duração do período a que o trabalhador fará jus será definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), responsável pela gestão dos recursos destinados ao cus-

teio do programa.

Lauro Campos entende que a etapa de desenvolvimento econômico vivida pelo Brasil tem tido como uma de suas principais características o sistemático fechamento de postos de trabalho. "Urge, portanto, aperfeiçoar o aparato institucional legal adaptando-o à situação do desemprego que se agrava no país", afirmou.

Na opinião do senador, a concessão do benefício por mais tempo, além de garantir uma renda mínima ao trabalhador e sua família,



Lauro Campos

permite que o desempregado despenda mais tempo na procura de outro setor formal do mercado de trabalho, com carteira de trabalho assinada.

# Arruda propõe bolsa-escola em pequenos municípios

*Segundo o senador, programa deve ser levado até os bolsões de miséria a fim de que as famílias sejam mantidas em seus locais de origem, evitando deslocamento para grandes cidades*

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou sexta-feira que a aprovação de projeto de sua autoria que prevê a concessão de bolsa-escola nos municípios com até 50 mil habitantes poderá contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais no Brasil e conter as migrações internas, reforçando a tendência indicada nos resultados do último censo realizado pelo IBGE. O projeto deverá ser votado na próxima semana pela Comissão de Assuntos Sociais, a partir de parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Arruda disse que, de acordo com as conclusões do censo, o fluxo migratório para as metrópoles está sendo invertido - as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentaram os menores índices de expansão populacional em toda a história - 0,3% e 0,2% ao ano, respectivamente, entre 1991 e 1996.

O déficit do fluxo migratório, segundo informou, também aconteceu em Belo Hori-



José Roberto Arruda

zonte e em Porto Alegre, mas, em contrapartida, as menores capitais, localizadas em zonas de fronteira de expansão econômica - Palmas (TO), Macapá (AP), Rio Branco (AC) e Manaus (AM) -, tiveram as mais altas taxas de crescimento.

## ALERTA

No caso de Brasília, segundo o senador, o censo dá um sinal de alerta: embora o crescimento populacional de 2,6% ao ano seja inferior ao índice da década de 70 - 14,7% ao ano -, ele é superior à média brasileira no período 91-96.

José Roberto Arruda assina-

lou que a tendência à desconcentração demográfica decorre da desconcentração econômica, e que se ela for mantida contribuirá para a redução dos desequilíbrios regionais. O senador alertou, entretanto, para a necessidade de os administradores públicos das grandes cidades terem presente, em suas ações de governo, o risco de a tendência ser novamente invertida.

- Esse risco pode ser potencializado por iniciativas que, embora motivadas pelas intenções mais justas, poderão realimentar o inchaço dos centros urbanos pela atração de novas levas de migrantes. É o caso da distribuição indiscriminada de lotes para populações de baixa renda e da bolsa-escola para alunos carentes da rede pública do ensino, adotada por algumas prefeituras e pelo governo do Distrito Federal - observou.

Conforme Arruda, o programa deve ser levado para os bolsões de miséria, a fim de que as famílias sejam manti-

das em seus locais de origem. O senador citou informação do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o Ipea, de que 90% dos municípios brasileiros têm até 50 mil habitantes e concentram 54,6% das famílias indigentes do país. A concessão das bolsas nesses municípios, acredita Arruda, representaria poderoso instrumento para reversão da concentração demográfica e significaria a retirada das crianças das carrocerias, dos canaviais e de outros locais onde se explora a mão-de-obra infantil.

Para o senador, se o Congresso aprovar projeto nesse sentido - há outros similares, como o do deputado Nelson Marchezan -, o presidente da República terá uma posição majoritária do Legislativo "a indicar o rumo de um programa social de abrangência nacional, que pode ajudar a matar a fome dos 16 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha da miséria, e gerar expectativas de inversão do perfil da sociedade brasileira".

# Marluce tem projeto para evitar exploração de menor

A senadora Marluce Pinto (PMDB/RR), presidente da CPI do Trabalho Infantil, anunciou em entrevista que, com o objetivo de evitar a exploração de mão-de-obra do menor, a comissão formulará projeto estabelecendo que as empresas só poderão contratar menores que estejam devidamente matriculados em escolas e que apresentem mensalmente a frequência no local de trabalho.

Segundo a senadora,

esse controle será feito pelos ministérios da Educação e do Trabalho. Na elaboração do projeto, conforme assinalou, serão ouvidos os ministros das duas pastas.

Marluce Pinto informou que a CPI deverá ouvir, dia 1º de abril, às 15h, os presidentes da Contag, Francisco Urbano, que falará sobre o trabalho dos menores no Brasil, na área da agricultura, e do IBGE, Simon Schwartzman, que abordará o levantamento



Marluce Pinto

feito a respeito do trabalho dos menores no país durante o último recenseamento.

Ela disse que foram definidas duas viagens de in-

tegrantes da CPI, a convite de assembléias legislativas: uma ao Rio Grande do Sul, onde serão visitadas empresas que exploram o trabalho do menor, e outra ao Ceará, onde serão colhidos dados, junto a agências de turismo, sobre a exploração sexual de crianças. Antes, porém, conforme explicou, o presidente da Embratur comparecerá à CPI para fazer exposição sobre o assunto.



# Valmir pede mais agilidade no ajuste fiscal

*Para senador, sistemática de tributação utilizada no Brasil é considerada hoje, "no mundo civilizado, uma aberração". A seu ver, "qualquer outro país teria quebrado ou desaparecido"*



Onofre Quinan

## Quinan tem pressa em conter exportação de madeira bruta

O senador Onofre Quinan (PMDB-GO) pediu rapidez para a tramitação, na Câmara dos Deputados, de projeto de sua autoria que proíbe a exportação de madeira bruta. Para o senador, essa atividade acarreta incalculáveis prejuízos ao país, "quer pela insignificante agregação de valor à extração de madeira, quer pela devastação das matas centenárias".

De acordo com Onofre Quinan, a exportação de madeira do país rende, anualmente, R\$ 100 milhões, mas para o reflorestamento da área devastada seria necessário nada menos que R\$ 1 bilhão. Além disso, conforme disse, a recuperação das florestas demora muitos anos. "A saída de madeira para o exterior é sempre de material nobre. A substituição, ou compensação, quando ocorre, se dá com árvores de segunda ou terceira categoria, o que desvaloriza o parque botânico brasileiro", salientou.

- Além de tudo, estamos sob constante pressão internacional. Com o pretexto de defenderem a ecologia universal, o povo e autoridades de vários países, principalmente da Europa e América, nos acusam de estarmos avariando o fundamento o que eles chamam de pulmão do mundo, que é a Amazônia, onde ocorre mais intensa e mais extensamente a derrubada de árvores de qualidade - acrescentou.

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou sexta-feira que, a exemplo da reforma administrativa, em tramitação no Congresso, é fundamental agilizar as reformas tributária e previdenciária para garantir o ajuste fiscal e estancar o crescente endividamento público. Essas reformas, na opinião do senador, criarão condições para que o governo possa dedicar-se a setores essenciais para a vida da população.

Valmir Campelo disse que a sistemática de tributação utilizada no Brasil é considerada hoje, "no mundo civilizado, uma aberração". A



Valmir Campelo

seu ver, "qualquer outro país já teria quebrado e desaparecido com um sistema tributário igual ao nosso". Ele lembrou que a integração do Brasil numa econo-

mia globalizada exige uma menor tributação no processo produtivo, diminuindo custos e aumentando a agilidade.

Segundo o senador, a reforma tributária, em conjunto com a reforma administrativa, garantirá o equilíbrio permanente das contas públicas, conduzindo a economia brasileira ao crescimento e a uma estabilidade duradoura. "Impossível negar que nosso sistema de tributação é ultrapassado e complexo, encarecendo o processo produtivo e o consumo, promovendo a concentração de renda, a sonegação e a inadimplência", afirmou.

## Campos defende assistência jurídica a detentos sem acesso a benefícios legais

O senador Júlio Campos (PEL-MT) afirmou sexta-feira que a superlotação dos presídios brasileiros poderia diminuir consideravelmente se algumas providências recomendadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fossem adotadas. Ele destacou, entre elas, a implantação de serviços advocatícios que possibilitem ao recluso o acesso aos benefícios a que tem direito.

- Milhares de presos poderiam ser libertados, caso se cumprissem, em favor do preso, os benefícios que a lei defere. Já foram constatados numerosos episódios de cumprimento integral da pena, sem que a Justiça tenha determinado a liberdade do preso, e de reclusos cuja situação penal autorizaria a concessão do benefício do regime semi-aberto - expli-



Júlio Campos

cou o senador.

Júlio Campos referiu-se a episódio relatado por Aloysio Biondi à *Folha de S. Paulo* sobre detentos de um presídio do interior paulista que formaram um consórcio para custear, a cada mês, a fiança que garantiria a libertação de um deles. Segundo Biondi, o preço da primeira fiança foi de R\$ 70,00, fazendo-o concluir que, por esse valor, "se mantém homens e mulheres no horror das prisões".

Segundo Júlio Campos, o raciocínio de Aloysio Biondi leva à conclusão de que a li-

bertação dos presos deveria ocorrer por decisão econômica, se não fosse por razões humanitárias, já que um preso custa ao Estado, R\$ 500 reais por mês. A seu ver, as autoridades devem promover, urgentemente, a discussão da reforma do sistema prisional brasileiro.

- A discussão de uma nova política criminal, portanto, seria encaminhada no sentido de enfrentar esse tipo de problema, concedendo velocidade adequada ao uso de práticas efetivas de não reter, inutilmente, o preso no cárcere - afirmou o senador.

Conforme Júlio Campos, o debate deveria incluir, também, métodos de contenção da violência urbana, "ao lado de providências destinadas a evitar que as prisões sigam existindo como verdadeiras universidades do crime".



# Marina quer proteger consumidor que usa crediário

*Proposta da senadora prevê que comércio será obrigado a informar, na propaganda, o montante dos juros e o preço à vista de produtos vendidos a prazo*

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou sexta-feira projeto que estabelece no Código do Consumidor a obrigação de o comércio em geral informar, com destaque, nos anúncios e cartazes de propaganda, o montante de juros e o preço à vista de produtos que estejam sendo ofertados para pagamentos parcelados.

Ao justificar a proposição, Marina Silva alertou que a prática de "es-



Marina Silva

camotear" juros embutidos em prestações de baixo valor tem induzido o consumidor de baixa renda a comprar sem perceber que pagará quase

100% de juros pelo bem que comprou.

Como exemplo, podemos citar uma propaganda em que é ofertado um produto que à vista custa R\$ 79,90. O destaque é para o preço da prestação de R\$ 9,85, em 15 vezes, elevando o preço total a prazo para R\$ 140,75 - explicou a senadora. A seu ver, os juros de 4% que estão sendo praticados no mercado são incompatíveis com a política econômica

do país e com a inflação atual.

Para Marina Silva, esse costume se sobrepõe à legislação de proteção ao consumidor. "É uma usurpação de recursos financeiros e a comprovação de má-fé na relação comerciante/consumidor", enfatizou. Ela acrescentou ainda que as propostas de ética coletiva pregadas por alguns filósofos modernos são completamente ignoradas no Brasil.



Lúcio Alcântara

## Alcântara também propõe tornar os juros transparentes

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que obriga as propagandas comerciais de vendas a prazo a dar igual destaque ao preço que a mercadoria teria se fosse vendida à vista.

A proposição determina, ainda, que a publicidade deverá incluir o número e o valor das prestações, da taxa de juros mensais e dos demais encargos financeiros a serem pagos pelo comprador.

Nas propagandas comerciais, destaca-se normalmente em cores vivas e em corpo avantajado o valor unitário da prestação, expressando-se sempre em menor tamanho o número delas, o valor final e a taxa de juros - justificou Alcântara.

## Projeto de João Rocha torna livre a troca de vasilhames

O senador João Rocha (PFL-TO) apresentou projeto de lei que permite a troca de vasilhame, recipiente ou embalagem, de uma marca por outra, em qualquer posto de venda, desde que sejam de tipo padrão, utilizado por todas as marcas do produto.

A proposição determina que o titular da marca inscrita nos vasilhames não poderá impedir a sua reutilização, ainda que por empresa concorrente, assegurando ao consumidor final plena liberdade de troca dos mesmos.

### GÁS

O projeto do senador trata também da comercialização de gás liquefeito de petróleo para consumo doméstico. A medida estabelece que a empresa que receber botijão de marca diferente da sua informará a ocorrência ao titular da marca, para efeito de troca. Esse terá 30 dias para trocá-lo. O não-cumprimento desse prazo será considerado autorização tácita de reutilização do botijão pela



João Rocha

empresa que o receber.

Na justificativa do projeto, o senador João Rocha lembra que a lei coíbe a vinculação obrigatória do consumidor a um único fornecedor, para aquisição de produto oferecido ao mercado por vários fornecedores. Por outro lado, a lei também veda que o fornecedor de determinado produto utilize embalagem, recipiente ou vasilhame de marca que não seja a sua.

Na opinião do senador, sua proposta permitirá ao consumidor o livre acesso ao produto, independentemente do vasilhame. Assim como impedirá que as grandes empresas criem, através do vasilhame, reserva de mercado do produto comercializado.

**Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo**

*Informações para recepção do sinal da TV Senado*

**Satélite - B1**  
**Transponder - 1 BE**  
**(Banda Estendida), Polarização: Vertical**  
**Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz**  
**Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz**  
**Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz**  
**Antena - 3,6 m**  
**LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)**  
**Receptor de Vídeo/Áudio Digital**  
**NTSC Spectrum Saver**  
**- Modelo: N6S**  
**Integrated Receiver/Decoder (IRD)**  
**Fabricante: CLI**  
**(Compressed Digital Vídeo)**  
**Fornecedor: COMSAT-Fone (019) 772 9600**  
**Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.**



# OAB esclarece posição sobre efeito vinculante

*Secretário-geral envia carta observando que em nenhum momento, durante audiência realizada na Comissão de Justiça, afirmou que a entidade admite a adoção do mecanismo*

O secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal, Reginaldo Oscar de Castro, enviou carta ao *Jornal do Senado* afirmando que a OAB rejeita a adoção do efeito vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal. Eis a carta:

"A propósito da matéria divulgada, pelo *Jornal do Senado*, edição Ano III - Nº 427,

de 20 de março de 1997, página 3, sob o título *OAB admite o efeito vinculante*, cumpre-me, a bem da verdade, esclarecer que:

1) Em momento algum, durante a audiência realizada no dia 19 do corrente, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, foi por mim afirmado que a OAB admite o Efeito Vinculante.

2) Ao contrário, deixei absolutamente claro que a OAB rejeita, com veemência, a adoção do Efeito Vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal.

3) Afirmar sim que, caso o Senado Federal viesse a desconsiderar as razões que fundamentam a deliberação do Conselho Federal da OAB, seria conveniente fosse anali-

sada a possibilidade de reduzir a abrangência da emenda constitucional em discussão, de forma a que fossem alcançadas apenas as questões jurídicas que têm provocado o congestionamento do Supremo Tribunal Federal, mantendo contudo a posição da Entidade, que é absolutamente desfavorável à aprovação do Projeto."

## Ignácio destaca esforço de integração euro-americana

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse que a recente visita do presidente francês, Jacques Chirac, ao Brasil e à Argentina "teve um significado próprio, o de promover a maior integração euro-americana".

Na opinião do senador, a França nunca deixou de exercer um fascínio sobre o Brasil, com influência nas artes, na filosofia e na ciência. "A latitudes da América Meridional não se esgota na hispanidade, e a latinidade americana estende-se às raízes francesas", acentuou.

José Ignácio Ferreira citou trechos do pronunciamento



José Ignácio

feito por Chirac no Congresso Nacional, quando afirmou que o Brasil deve ser um dos principais parceiros dos franceses. Para o senador, entre os dois países existe uma relação especial, pois "a França é o único país da Europa a fazer fronteira com o Brasil. A fronteira da Guiana".

Conforme José Ignácio Ferreira, a Europa Ocidental é responsável pela maioria das exportações brasileiras (27%), contra 24% da América do Norte, 21% da América do Sul e 16% da Ásia. "O Brasil evidentemente não deve, nem pode ignorar esse quadro", frisou.

## Bezerra: cooperativismo no Brasil precisa de maior atenção

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) dirigiu apelo ao governo federal, e particularmente ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, para que dê maior atenção ao sistema cooperativista brasileiro. Ele também pediu rapidez na apreciação de matérias em tramitação no Congresso relacionadas ao cooperativismo.

Bezerra argumentou que é no cooperativismo que o setor produtivo nacional poderá encontrar, em futuro próximo, novo surto de desenvolvimento.

Segundo o senador, a idéia



Carlos Bezerra

desse sistema de produção tem se espalhado cada vez mais no Brasil, atingindo hoje os mais variados setores, como cooperativas de crédito e eletrificação rural, pesca e consumo doméstico, de produção industrial e comercialização agrícola, habitacionais e de artesanato, de telefonia e prestadores de serviço, de saúde e trabalho.

Bezerra acrescentou, contudo, que, no país, "ainda há um longo caminho a trilhar", já que em países desenvolvidos as cooperativas chegam a responder por 30% do seu produto interno bruto.

**A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JEFFERSON PERES, RAMEZ TEBET E JOEL DE HOLLANDA**

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>**

*O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília*

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social -** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração -** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado -** Flávio de Mattos

**Diretor da Agência Senado -** José do Carmo Andrade

**Editores -** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação -** Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

**Fotos -** Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

**Revisão -** Lindolfo Amaral e Fernando Varela

**Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**